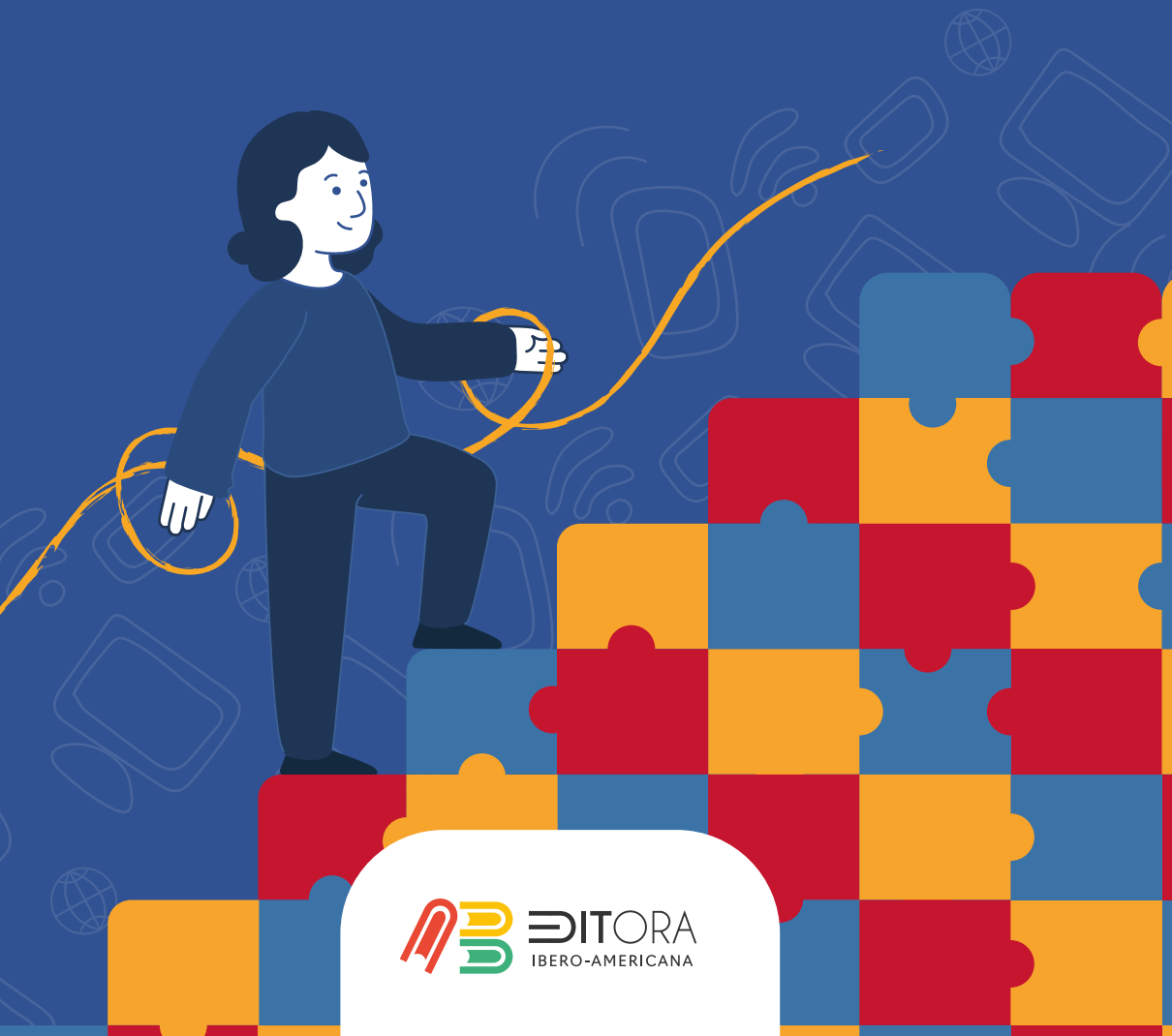
REFLEXÕES
SOBRE EDUCAÇÃO,
TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DOCENTE

Simone Lucena Marilene Santos Joseilda Sampaio
Organizadoras



EDITORA IBERO-AMERICANA

EDITORA IBERO-AMERICANA

REFLEXÕES

SOBRE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DOCENTE

Simone Lucena Marilene Santos Joseilda Sampaio

Organizadoras

CAPES

UFS UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PPGED PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO UFS

Bauru
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reflexões sobre educação, tecnologias e formação docente [livro eletrônico] / organizadoras Simone Lucena , Marilene Santos , Joseilda Sampaio. -- Bauru, SP : Editora Ibero-americana de Educação, 2024.
ePub

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-86839-27-2

1. Educação 2. Tecnologia 3. Prática de ensino 4. Professores - Formação I. Lucena, Simone. II. Santos, Marilene. III. Sampaio, Joseilda.

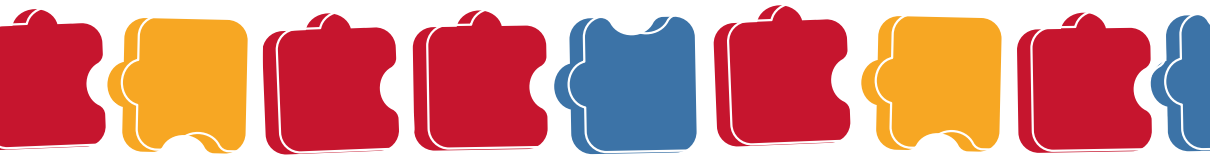
24-230785 CDD-370.71

Índices para catálogo sistemático:

1. Professores : Formação : Educação 370.71

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-27-2

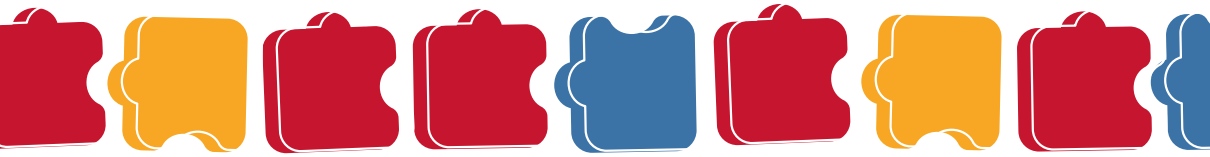


Simone Lucena

Marilene Santos

Joseilda Sampaio

Organizadoras



EDITORA IBERO-AMERICANA

Equipe Técnica
Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Ilustrador e Diagramador

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinícius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar

Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dr. Ari Raimann
UFG

Dr. Breynner R. Oliveira
UFOP

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dra. Maíra Darido da Cunha
FABE

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
UCP

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

EDITORA
IBERO-AMERICANA

Comitê Científico

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Comitê Internacional

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta



Agradecemos aos autores pela confiança
em nosso trabalho editorial.

Boa leitura!

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva

Editor Adjunto

ORGANIZADORAS

Simone Lucena - Pós-doutora em Educação (Proped/UERJ). Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Professora do Departamento de Educação (DED) e do Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Digitais (Ecult/UFS/CNPq).

Marilene Santos - Professora da Universidade Federal de Sergipe no Departamento de Educação - DED; no Programa Pós-Graduação em Educação- PPGEDP e no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais PROFCIAMB. Líder do grupo de pesquisa Educação e Movimentos Sociais - GPEMS. Coordenadora do Programa Escola da Terra.

Joseilda Sampaio (conhecida como Sule Sampaio) - Pedagoga e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Alberto Carvalho. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Digitais (Ecult/UFS/CNPq), desenvolve seus estudos nos campos da criança, infância, brincar e as tecnologias digitais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores da educação básica, aos alunos e alunas do curso de Pedagogia do Campus Professor Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe que participaram do III Congresso Internacional de Educação (CONEduc-UFS) e o IX Encontro Nacional de Educação do Campo, cujo tema principal foi a "Educação, Formação Docente e Interculturalidade". Ainda, agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para os projetos de pesquisa e extensão universitária.

Nossos agradecimentos se estendem à CAPES, que tornou este evento possível por meio do Edital PAEP, e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFS) pelo apoio a esta publicação.

Simone Lucena

Marilene Santos

Joseilda Sampaio

APRESENTAÇÃO

A obra que ora apresentamos, intitulada "Reflexões sobre Educação, Tecnologias e Formação Docente" é uma coletânea que propõe um mergulho nas complexidades, dilemas e desafios que permeiam a educação contemporânea. Este livro representa uma oportunidade àqueles que entendem ser possível repensar a formação docente, considerando os diferentes contextos e desafios que estão presentes na profissão. Compreender esses desafios remete pensar que em tempos de rápidas transformações tecnológicas e sociais, é preciso um olhar mais ampliado para questões fundamentais sobre as mudanças que estão moldando outras formas de educar, aprender e conviver no século XXI.

Os textos da obra foram produzidos por professores e pesquisadores que participaram de mesas e conferências realizadas durante o III Congresso Internacional de Educação (CONEduc), IX Encontro Nacional de Educação do Campo e II Seminário Redes de Pesquisa em Educação e Culturas Digitais na Era da Mobilidade. Esses eventos foram promovidos pelo Departamento de Educação (DEDI) e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)

da Universidade Federal de Sergipe, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), através do Edital Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP) de 2021 – 2ª edição.

Esse encontro reuniu professores em formação para discutir suas pesquisas em áreas que se interconectam como educação, comunicação, tecnologia e formação docente. Essas discussões abordam desafios enfrentados pelos professores e ajudam a repensar a formação em tempos digitais, especialmente na educação infantil e na educação do campo. Dito de outra forma, as discussões ensejam um movimento que pode significar uma reflexão mais abrangente sobre a formação docente.

Em um esforço de convergência dos temas que fortalecem o foco e o alcance interdisciplinar da formação docente, esta obra reúne textos em perspectivas diversas, e na esteira das transformações e movimentos sociais, dão centralidade às mudanças para o campo da educação. Os esforços convergiram no sentido de abordar os diferentes referenciais teórico-metodológicos, as proposições e os resultados de pesquisas, acreditando que a combinação de diferentes abordagens pode levar a uma soma qualificada de entendimentos, possibilidades

compreensivas e avanços para a formação docente. Nesta direção, optamos por agrupar os encontros textuais em duas partes.

A primeira parte, que chamamos de **Educação, Comunicação e Tecnologias**, busca articular os temas que discutem sobre a inovação pedagógica e o desenvolvimento de competências em contextos de educação a distância, a pedagogia do enfrentamento de Paulo Freire às notícias falsas, a importância do pensamento computacional na formação de professores, as novas configurações do brincar na era digital, entre outros temas.

Na segunda parte intitulada **Educação e Formação Docente**, os autores abordam os desafios específicos da formação de professores. São discutidos temas como o educar e cuidar na educação infantil, a inclusão na formação docente por meio do PIBITI e os desafios enfrentados para a formação de leitores críticos diante da política do currículo de Sergipe. Além disso, são abordados temas como os desafios e contribuições para a formação do docente que atua na educação do campo, incluindo o fechamento de escolas e as práticas de resistência que surgem nesse contexto. Seja analisando a educação do campo, a educação infantil, as práticas leitoras ou as pesquisas

de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação, a ênfase está na possibilidade de refletirmos sobre a ação docente, a formação do professor e as diferentes maneiras de constituirmos como sujeitos aprendentes e ensinantes na educação.

Ao reunir esses diferentes olhares e experiências, convidamos, então, o leitor a percorrer os diferentes textos, narrativas e posições, a fim de refletirem criticamente sobre o papel da educação em um mundo em constante mudança. E dessa forma, compreender como as novas dinâmicas sociais, culturais e tecnológicas influenciam as práticas educativas e a formação docente, mantendo sempre um compromisso com a inclusão, a justiça social e o respeito à diversidade cultural.

Simone Lucena
Marilene Santos
Joseilda Sampaio

SUMÁRIO

23 PARTE I – Educação, Comunicação e Tecnologias

24 Innovation pédagogique et développement des compétences: Un master à distance en contexte interculturel
Stéphanie GASSE
Thierry ARDOUIN

76 A pedagogia do enfrentamento: De Paulo Freire às notícias falsas
Fernanda Amorim ACCORSI

101 Pensamento computacional: Notas para a formação de professores
Fernanda MONZATO
Edméa SANTOS

138 O brincar na cultura digital: Elementos estruturantes das culturas infantis contemporâneas
Joseilda Sampaio de SOUZA
Maria Helena Silveira BONILLA

174 App-diário na pesquisa-formação: Uma revisão sistemática da literatura
Rosinângela Cavalcanti da Silva BENEDITO
Simone LUCENA

211 **PARTE II – Educação e Formação Docente**

212 O educar e cuidar na educação infantil
Jamisson Alves SANTOS
Joelma Carvalho VILAR

238 O papel do PIBITI na formação docente: reflexões à baila da educação inclusiva
Isabela Rosália Lima de ARAÚJO
Mônica Andrade MODESTO

265 Desafios para formação de leitores críticos: currículos em Sergipe, novos contextos de aprendizagem e práticas político-cidadãs
Paulo Sérgio da Silva SANTOS
Taysa Mércia dos Santos Souza DAMACENO
Caroline Lima dos SANTOS

298 Educação do Campo e formação docente: Desafios e contribuições Procampo e do Pronacampo
Jailda Evangelista do Nascimento CARVALHO

327 Fechamento de escolas no campo: Formação docente como estratégia de resistência
Tereza Simone Santos de CARVALHO
Josefa de Lisboa SANTOS

360 Educação do Campo: Salas multisseriadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e os ciclos de formação
Maria Rejane NOGUEIRA
Marilene SANTOS

394 PROJOVEM Campo – Saberes da terra: Breve histórico das experiências em Sergipe
Flávia Cristina SANTOS
Alizete dos SANTOS
Maria José da Silva SOUZA

PREFÁCIO

Ao receber o manuscrito do livro “Reflexões sobre Educação, Tecnologias e Formação Docente”, organizado por Simone Lucena, Marilene Santos e Joseilda Sampaio, com a incumbência de escrever um prefácio, vi-me diante de uma obra riquíssima de conteúdo.

A preocupação em torno da formação docente, presente nos capítulos, situa-me em face daquilo que venho me ocupando há quase três décadas, tanto em meu próprio processo de formação como professor – da educação básica, inicialmente, e da educação superior, posteriormente –, como também de minha trajetória como formador de professor. Isso me coloca, de todo modo, como formador de mim mesmo, posto que não é possível pensar os processos professorais de quem atua em cursos de licenciatura e em programas de pós-graduação em Educação apartados de uma autoformação contínua.

A obra também me posiciona no lugar de quem, como professor e como pesquisador da Educação, não pode ficar à parte. Refiro-me à efervescência da tecnologia que provoca a todos e todas a estamos, queiramos ou não, envoltos da necessidade

de nos qualificarmos, todos os dias, para o aprofundamento no arcabouço já consolidado nas pesquisas sobre os diferentes objetos que tomam aspectos diversos das tecnologias como objeto de estudo. Do mesmo modo, há que se (pre)ocupar em conhecer as novidades tanto das pesquisas, como das práticas envolvimento distintas formas e modos de inserção nas culturas digitais próprias das inovações tecnológicas. E ao pensar tais práticas que, de um modo ou de outro, tocam mais ou menos as tecnologias, refiro-me às nossas práticas e às de nossos alunos e sujeitos participantes de pesquisas.

De fato, formar-se professor (como profissionalização inicial e como desenvolvimento na carreira docente) requer de nós mesmos, das instituições de pesquisa e educação superior e, sobretudo, das políticas públicas e, por consequente, do Estado, a constituições e processos contínuos formacionais. Tudo isso dentro de um respaldo da sociedade, sem o que o ato de fazer pesquisa e os processos formativos (formação docente e formação humana, em geral) tornam-se difíceis.

Ao voltar o olhar para o livro "Reflexões sobre Educação, Tecnologias e Formação Docente", registro que este está composto por treze capítulos, os

quais estão distribuídos em três partes. A primeira delas voltada para os capítulos que tratam da relação entre Educação, Comunicação e Tecnologias; a segunda parte se ocupa do debate acerca da Educação e Formação docente; e a terceira parte se debruça sobre temáticas relacionadas à Educação do Campo.

A organização da obra em três partes se justifica pela necessidade de orientar o leitor aos três focos centrais do livro, de modo a possibilitar que os interessados em conhecer o conteúdo das pesquisas dispostas ao longo do livro sigam diretamente para as suas temáticas prioritárias no momento da leitura ou estudo dos capítulos.

Assim, na primeira parte – Educação, Comunicação e Tecnologias – os textos versam sobre inovação pedagógica e desenvolvimento de competências; pedagogia do enfrentamento; pensamento computacional e sua relação com a formação de professores; elementos estruturantes das culturas infantis contemporâneas no que diz respeito ao brinca no contexto da cultura digital; a utilização de aplicativos como diário na pesquisa-formação.

Na segunda parte – Educação e Formação docente – os capítulos apresentam pesquisas que focalizam temáticas como a relação entre o educar e o

cuidar na educação infantil; o papel de programas como o PIBITI na formação docente na perspectiva da educação inclusiva; novos contextos de aprendizagem e de práticas político-cidadãs e os desafios para a formação de leitores críticos.

Na terceira e última parte do livro – Educação do Campo – o livro traz para a centralidade algumas questões contemporâneas da formação docente, de modo a apresentar programas, projetos e processos formativos em contextos campesinos. Desse modo, os capítulos versam sobre desafios e contribuições de programas como o PROCAMPO e o PRONACAMPO e a formação docente para atuação nesses espaços; a formação docente para o enfrentamento e a resistência em face dos processos de fechamento de escolas camponesas; as salas multisseriadas existentes na educação do campo, especificamente nos anos iniciais do ensino fundamental e os ciclos de formação; breve histórico focando experiências sergipanas no Programa PROJOVEM CAMPO e os saberes da terra como filosofia e como prática de vida campesina.

O livro, assim, constitui um convite à reflexão sobre aspectos da vida no campo, notadamente voltados para as questões a educação, mas sem

perder de vista a vida e a cultura campesina. Em outras palavras, a obra convida os leitores a pensar sobre as provocações iniciais que motivaram ou conduziram os pesquisadores e pesquisadoras, autores e autores das pesquisas apresentadas em cada capítulo, a se debruçarem sobre temáticas que são, a um só tempo, objetos de estudos, mas também se constituem razões políticas e de militância, que movimentam investigadores a se ocuparem das temáticas elencadas.

Claudio Pinto Nunes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Educação do Campo e formação docente: Desafios e contribuições Procampo e do Pronacampo

Jailda Evangelista do Nascimento CARVALHO[I]

Sabe-se que a formação docente tem sido tema de estudo e debates no contexto educacional, quando voltamos nosso olhar para a formação docente que direcione a atividade pedagógica à Educação do Campo, o debate torna-se ainda mais relevante, na medida em que exige uma reflexão sobre a dualidade na formação pedagógica que embute experiências profissionais ao educador e o saber das práticas dos Movimentos Sociais.

Atualmente, a Educação do Campo representa novas possibilidades pedagógicas da educação ofertada nas escolas do campo em todo país, partindo desse pressuposto, no presente artigo, propõe discutir os desafios e potencialidades da formação docen-

I Doutora e mestre em Educação pela UFS, graduada em Pedagogia e Licenciatura em Língua Portuguesa, com especializações em metodologias de ensino, gestão escolar, Libras e AEE. É professora na rede municipal de Coronel João Sá/BA e no Estado de Sergipe, com experiência em educação indígena, do campo e multisseriada, além de atuação em tutoria e coordenação no ensino superior.

te para a Educação do Campo através dos Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) como políticas públicas de expansão da Educação Superior no Campo, especificamente através da Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC).

É importante ressaltar que o (Procampo) é um programa de apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo, nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas rurais. Já o (Pronacampo) é um programa que foi lançado em 2012, como mais uma política pública voltada para atender o contexto da Educação do Campo e está configurado em quatro eixos de formação: (Eixo I, Gestão e Práticas Pedagógicas, Eixo II, Formação Inicial e Continuada de Professores, Eixo III, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Eixo IV, Infraestrutura Física e Tecnológica).

Por ser um programa que contempla a formação de professores, é no Eixo II que está inserido o curso de Licenciatura em Educação do Campo. Tal

licenciatura é uma Política Pública de Expansão da Educação Superior no Campo que vem sendo desenvolvida no âmbito dos dois programas, inicialmente como política pontual e temporária através do Procampo, em seguida como política pública permanente através do Pronacampo.

É notório que a Educação do Campo vem se apresentado como uma grande conquista dos Movimentos Sociais que a cada dia luta incansavelmente para que seus filhos tenham acesso a uma educação de qualidade, voltada para suas especificidades e realidade.

Nesse contexto, Caldart (2010, p. 130), afirma que "as políticas gerais de universalização do acesso à educação não têm dado conta desta realidade específica". Visto que, o campo necessita de uma política específica de educação que se articule com o debate sobre os projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa e familiar como parte de um projeto de país que não atende a todas as demandas respeitando suas especificidades, singularidades e realidade vivida pela população do campo, dentre as quais, a questão do acesso à educação.

Para construção desse texto utilizou-se como metodologia a pesquisa de abordagem documental,

na qual analisou-se documentos, tais como: Decretos, Pareceres Editais dos programas Procampo, Pronacampo e das Licenciaturas em Educação do Campo.

O Procampo e o Pronacampo como políticas públicas de expansão da Educação Superior no campo

No contexto da Expansão Educação Superior voltada para a população do campo, o Ministério da Educação, em consonância com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), Secretaria de Educação Superior (SESU) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criou e aprovou em 2006, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), com o intuito de responder a demanda de reivindicações e articulações engendradas pelos movimentos sociais e sindicais do campo, mais especificamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que, desde 1984 defende como bandeira de luta uma educação que valorize e reconheça os sujeitos do campo enquanto sujeitos de direitos.

Essa demanda, se concretizou a partir da existência de inúmeros problemas que se iniciam nos

altos índices de professores sem a formação adequada, visto que o campo tem no total, 342.845 professores, destes somente 182.526 possuem nível superior. Dos 160.319 que não têm Ensino Superior, 156.190 possui apenas o Ensino Médio e 4.129, o Ensino Fundamental (Brasil, 2012). Esse índice perpassa ainda condições precárias de trabalho, baixos salários e falta de infraestrutura das escolas nas quais atuam.

O Procampo é uma política de formação de educadores que iniciou sua discussão desde a primeira Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo – CNEC, realizada em 1998, momento em que os Movimentos Sociais do Campo demandavam a construção de uma Política Pública específica pautada nos princípios da Educação do Campo e que pudesse dar suporte e garantir a formação de educadores do próprio campo. Essa política só veio se consolidar no término da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 2004, também em Luziânia, que teve como lema "Por Um Sistema Público de Educação do Campo". Em resposta às pressões realizadas pelos Movimentos Sociais do Campo para que o Ministério da Educação (MEC) cumprisse a pauta da II CNEC, foi instituído um

Grupo de Trabalho que ficou responsável pela elaboração da proposta que deveria subsidiar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, na proposição ao Ministério da Educação, de uma proposta de formação de educadores do campo. Tal proposta, se materializou no Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

O programa em destaque, tem como principal objetivo, promover a formação inicial dos docentes do campo por meio do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, desenvolvido por áreas de conhecimento, em regime de alternância pedagógica, cujo foco de atuação dos professores é nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas escolas do campo em todo país.

O Procampo iniciou suas ações na Educação Superior através de quatro projetos pilotos, em 2007, nas Universidades Federais de Brasília (UnB), a qual ofertou 180 vagas, todas foram todas preenchidas, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que também ofertou 180 vagas, todas também foram preenchidas, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) ofertou 60, todas foram preenchidas e Universidade Federal de Sergipe (UFS), que ofertou 60 vagas, porém só 50 foram preenchidas. Essas universidades

ofertaram tais cursos através de convite do Ministério da Educação para implantação e realização de seus projetos, tendo como referência as experiências desenvolvidas anteriormente na área rural.

Com os projetos pilotos ainda em andamento, em 2008, visando tornar público à institucionalização de uma política de formação para atender ao perfil do docente do campo em âmbito nacional, o MEC, convocou através de Editais as Instituições públicas de Ensino Superior de todo país para apresentação de proposta do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC).

A referida LEDOC desenvolve sua metodologia de formação de forma diferenciada, cuja matriz curricular tem por base a Pedagogia da Alternância, organizada em Tempo Acadêmico (TA) e Tempo Comunidade (TC). Dessa forma, considera-se essa organização didática pedagógica como elemento importante no processo formativo docente por trabalhar todos os elementos estruturantes da referida disciplina de formação.

A pedagogia da alternância para Gimonet (2007, p. 129), se constitui em "uma outra escola em tempo integral, no dia a dia da vida, em vários lugares para estudar, aprender continuamente, de

maneira inter e transdisciplinar". Este autor complementa afirmando que a alternância transforma a escola em "uma outra escola que não se opõe mais a teoria e a prática, porque existe prática, teoria, conceito em todo lugar. Porque a mão e o pensamento se juntam sempre. Porque o saber é a ação e a ação é o saber". Pois, esta organização pedagógica permite que o estudante realize suas atividades acadêmica também no tempo comunidade com a orientação de um monitor que acompanho todo processo do trabalho desenvolvido pelo estudante, onde ele buscar colocar na prática as teorias estudadas durante o tempo acadêmico na universidade.

É no contexto de inovação de tais políticas para atender as especificidades do campo que, Silva (2008, p.91), define política pública, como algo que "se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente". Considera a política como "uma resposta decorrente de pressões sociais a partir de ações de diferentes sujeitos, como já indicado, que sustentam interesses diversificados".

Tal concepção, remete-se as lutas dos movimentos por uma política educacional de qualidade,

visto que a educação, é uma expressão complexa e de abrangência diferenciada, que envolve diversidade e contradição, bem como diferentes interesses, seja políticos e/ou sociais. Porém, sabe-se que tais políticas são definidas, organizadas, implantadas/implementadas por uma força maior chamada de Estado e/ou Governo que também tem seus interesses particulares ao realizar determinadas ações políticas, fatores que podem modificar o percurso da materialização de tais políticas.

O Procampo se configura em mais um dos resultados das lutas, confrontos e articulações políticas realizadas entre o governo e os movimentos sociais e sindicais organizados do campo, com participação especial do MST, que através de muitos embates na disputa para ocupar espaços, no enfrentamento tenso buscam garantir políticas de igualdade social, justiça e emancipação, por não aceitar as políticas de cunho neoliberal postas pelos governos.

É possível observar nos editais emitidos pelo MEC/SECAD que, o Procampo, tende a apoiar projetos de cursos de LEDOC que, promovam a valorização do campo. Entretanto, os projetos apoiados por este programa deverão oferecer alter-

nativas educacionais que possibilitem a expansão da oferta da educação básica no campo, buscando superar as desvantagens históricas vivenciadas pelos sujeitos do campo em relação a educação e as desigualdades sociais sofridas ao longo do tempo.

De acordo com o Edital nº 02 de 23 de abril de 2008, o MEC, afirma que o Procampo apoiará projetos

> [...] de cursos de licenciatura específicos em Educação do Campo que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização da Educação do Campo e o estudo dos temas relevantes concernentes às suas populações. Os projetos apoiados deverão contemplar alternativas de organização escolar e pedagógica, contribuindo para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo (Brasil, 2008, p. 5, grifo nosso).

Sendo assim, identifica-se neste edital a possibilidade de valorização da Educação do Campo, buscando romper a ideia de campo como lugar de atraso e de produção de matéria-prima, que pode ser visto como um espaço de vida e história que precisa ser valorizado de acordo com suas peculiaridades.

De acordo com Molina (2015), o Procampo,

> [...] é uma política de formação de educadores, conquistada a partir da pressão e das demandas apresentadas ao Estado pelo Movimento da Educação do Campo. Pautada desde a primeira Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo – CNEC, realizada em 1998, a exigência de uma Política Pública específica para dar suporte e garantir a formação de educadores do próprio campo vai se consolidar como uma das prioridades requeridas pelo Movimento, ao término da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 2004, cujo lema era exatamente "Por Um Sistema Público de Educação do Campo" (Molina, 2015, p. 150).

Diante o exposto, é possível evidenciar a importância de tal programa para atender as demandas apresentadas pelo Movimento Por Uma Educação do Campo, no sentido de garantir o direito a formação específica para os professores que desenvolvem suas atividades nas escolas do campo, bem como sujeito de direito, uma vez que esse programa visa a implementação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo, nas instituições públicas de Ensino Superior de todo o país.

É mister ressaltar que, apesar de ser uma política pública criada para atender a demanda posta pelos movimentos, tal programa não é

suficiente para atender a toda Educação do Campo. As Universidades que implantam tais cursos enfrentam grandes dificuldades para a materializá-lo, devido a ineficiência na gestão dos recursos que custeiam os referidos cursos. As dificuldades estão presentes na falta de alojamento, na disponibilidade de bolsas, de transporte, de material didático-pedagógico para atender aos estudantes que saem de suas comunidades para fazer suas atividades nas universidades (Tempo Acadêmico), muitas vezes longe de suas famílias e tendo que se manter com os seus próprios recursos.

Conforme afirma Jesus (2015), os cursos financiados pelo Pronera e pelo próprio Procampo;

> [...] quando institucionalizados em espaços como escolas profissionais e universidades, não permitem a autonomia financeira e política, portanto, também comprometem a autonomia pedagógica e acabam por provocarem alterações na base da estrutura desses cursos construídos pela força dos movimentos sociais. Um dos estudos realizados sobre a Licenciatura em Educação do Campo aponta uma crítica do que ocorre no processo de institucionalização (Jesus, 2015, p. 182).

Nas reflexões de Jesus, é possível perceber que a falta de autonomia financeira para materializar os cursos do Procampo, compromete o desenvolvimento das atividades pedagógicas, bem como altera a estrutura de tais cursos que foram construídos pela força e luta dos movimentos sociais para atender as demandas da Educação do Campo.

Para essa autora, a Educação do Campo é uma das estratégicas para ampliar a consciência e para reinventar o trabalho no campo,

> [...] porque ela alimenta a defesa da redistribuição da terra, do acesso às águas e às florestas, assim como a distribuição de renda para todo o país e a luta contra o projeto de desenvolvimento econômico capitalista. Que os trabalhadores em luta possam cada vez mais plantar sementes de esperança em tempos de desesperança e desilusões (Jesus, 2015, p. 184)

Desse modo, é inevitável a necessidade da construção de uma Educação do Campo que esteja atrelada a realidade do campo, bem como de suas comunidades, que valorize a cultura camponesa, que seja vinculada a vida do camponês, a defesa pela terra e acima de tudo as escolas do campo, que

tenha em sua base o protagonismo dos movimentos sociais organizados do campo.

Autoras como Molina (2015) e Jesus (2010), pontuam essa ação do MEC, na implantação dos primeiros cursos de licenciatura, como algo imprescindível para manter a originalidade do projeto, porém, em meio aos percalços encontrados no processo de expansão dos 42 cursos seguintes, essa ação não foi mantida. Os cursos foram aderidos por algumas IES que nunca tiveram experiências com projeto de Ensino Pesquisa e Extensão na área de Educação do Campo e nem com Movimentos Sociais. Em 2008 e 2009, o MEC lançou editais de projetos especiais para que 32 instituições ofertassem a licenciatura, não obstante não deu nenhuma garantia de continuidade para tais instituições. Fato que restringiu os cursos apenas a políticas de editais, onde instituições como a Universidade Federal de Sergipe (UFS), que ofertou apenas a primeira turma, através do Departamento de Educação, não teve garantida e nem condições para dá continuidade a formação de novas turmas. Porém, mediante as dificuldades enfrentadas para a materialização da turma, tal instituição optou por não

ofertar mais a LEDOC, ficando apenas com a experiência piloto.

No entanto, são ações como essas que nos fazem perceber que o Procampo não é uma política que visa atender somente os interesses da população do campo, mas que outros interesses também estão atrelados a essa política e que as vezes dificultam a materialização das ações do programa, isso significa que não é apenas uma estratégia do Estado para dizer que assegurará o direito dos sujeitos do/no campo, muito embora, represente uma das metas do novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), mas também outros interesses políticos.

Nessa perspectiva, constata-se que o Procampo, embora se caracterize como uma política pontual, contribui para o fortalecimento da formação do docente do campo, além de dar visibilidade a formação deste profissional, visto que, coloca-se como desafio ao desenvolver a formação por área de conhecimento, em regime de alternância pedagógica, nas escolas do campo.

Desse modo, fica claro que os Movimentos Sociais organizados, intelectuais, instituições de ensino, dentre outros, veem somando forças na busca da melhoria na qualidade de vida para o sujeito do

campo, bem como da universalização da educação pública, gratuita e de qualidade, em contraposição às políticas compensatórias do meio rural impostas pelos governantes. Sendo assim, os movimentos sociais, do campo e da cidade, vêm travando lutas na perspectiva de elevar a escolaridade dos sujeitos do campo, sua cultura e seu padrão de vida para que possam ter o direito de estudar e se qualificar sem sair da comunidade em que vive.

Assim, faz-se necessário refletir que, o campo nos dias atuais não se constitui em apenas fonte de produção de alimento e fonte alternativa de geração de emprego, também apresenta-se no século XXI, como fonte de geração de riqueza e de alternativa de produção de energia, de elaboração do biocombustível.

É necessário, construir um desenvolvimento a partir da perspectiva de que campo e cidade são espaços complementares e não espaços isolados, mas que dependente um do outro para existir. Por isso, é importante afirmar que o campo é espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem no seu cotidiano.

Pode-se observar que com o avanço cada vez mais acelerado da indústria de alimento, do crescimento do agronegócio, bem como da sustentabilidade do planeta, coloca o país em um dilema efetivo, primeiro das possibilidades de crescimento econômico, porém, existe a possibilidade do fim das formas tradicionais de produção e existência de culturas milenares, como a agricultura familiar.

Em 2008, ainda sem ter uma avaliação mais aprofundada de tais projetos pilotos, o MEC lançou o edital número 02/2008, realizando chamada pública para a seleção de projetos de instituições de Ensino Superior para o Procampo, tendo como um de seus critérios a habilitação dos docentes por área de conhecimento. Em 2009, o edital foi lançado novamente, ampliando o número de universidades federais, institutos federais e universidades estaduais que ofertaram o curso de Licenciatura em Educação do Campo, com recursos provenientes de convênios entre o FNDE e as instituições ofertantes.

Em 2012, por meio do Edital de Seleção n.º 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC, de 31 de agosto de 2012, o MEC solicitou que universidades públicas em diferentes regiões do país encaminhassem projetos político pedagógicos para o desenvol-

vimento dos cursos de licenciatura, no sentido de ampliar a oferta de tal curso.

Ainda no âmbito do contexto da formação de professores para Educação do Campo, em 2012, foi lançado o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que se constituiu em uma ação do Governo Federal em resposta a mobilização dos movimentos sociais e sindicais do campo, para construção de referências de Política Nacional de Educação do Campo, apoiado pelo Ministério da Educação (MEC). Tal programa oferece apoio técnico e suporte financeiro para estados e municípios implementarem suas respectivas políticas de Educação do Campo, através de um conjunto de ações articuladas, que atendem às escolas do campo e aos quilombolas, com habilitações multidisciplinar em uma das áreas de conhecimento (Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, e Ciências Agrárias.

Tais cursos, tem como prioridade a garantia da formação inicial de professores em exercício nas escolas do campo que não possuem o Ensino Superior, e como formação continuada, o programa Saberes da Terra.

Diante a enorme demanda existente, o Pronacampo estabelece como meta ambiciosa formar 45 mil educadores do campo no período de três anos. Esse quantitativo deveria ser distribuído simultaneamente para os próprios cursos do Procampo; da Plataforma Freire via Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, e através da Educação a Distância, via Universidade Aberta do Brasil UAB, essa última opção é considerada por alguns pesquisadores como a mais problemática no momento, devido à falta de estrutura para a materialização de suas atividades, fato que tem sido alvo de profundas críticas pelos Movimentos Sociais por não trazer incorporadas em seu currículo as especificidades da formação dos educadores que trabalharão com os camponeses

O Edital do Pronacampo 2012, transforma o curso em política de Estado com código de vagas docentes e de técnicos-administrativo específicos para atuar no referido curso, além de recurso financeiro na matriz das universidades.

A Educação Superior no campo e a licenciatura em Educação do Campo: Desafios e contribuições

Ao lutar pela implantação/implementação do curso de licenciatura em Educação do Campo, sabe-se que muitos foram os desafios a serem enfrentados, mas que existem também as possibilidades desse curso se constituir em um curso que busque transformar a realidade dos sujeitos campo a partir de suas metodologias diferenciadas, bem como de suas contribuições para a expansão da educação superior para o campo.

Desta maneira, Caldart (2010), aponta como desafios para que o curso de Licenciatura em Educação do Campo se materialize de forma que venha a atender os princípios propostos pelo projeto de educação almejado pelo Movimento Por Uma Educação do Campo é o de fazer do campo um objeto central de estudo sistemático e rigoroso. Porém, com foco na profissionalização do curso, buscando fazer com que os educadores do campo dominem as questões e contradições fundamentais do campo.

Outro desafio apontado por esta autora, é o de orientar o curso com uma visão alargada de

educação, orientando o educador na compreensão de que existem outros espaços formativos além da escola. Desse foram, Caldart (2010, p. 135) ressalta que a "educação não é igual a escola e escola não é igual a ensino ou instrução cognitiva. Mas há uma especificidade do processo educativo escolar (à docência) e preparar-se para atuação (alargada) nele é um dos principais objetivos dessa Licenciatura" (Caldart, 2010, p. 135).

Outro ponto apontado é que o projeto da LEDOC, precisa construir estratégias para a realização da práxis, "ou seja, que permita ao educador aprender a juntar teoria e prática em um mesmo movimento que é o da transformação da realidade (do mundo) e de sua autotransformação" (Caldart, 2010, p. 136).

Corroborando com Caldart (2010), Molina (2015), aponta também como desafios para consolidação desta licenciatura: primeiramente, as estratégias de ingresso dos sujeitos camponeses nas Licenciaturas, que segundo esta autora "dada a histórica desigualdade na garantia do direito à educação aos povos do campo, que se traduz na extrema fragilidade das escolas no meio rural, é imprescindível que se garanta a realização de um vestibular

específico, mantendo, necessariamente, o caráter de política afirmativa do Procampo" (Molina, 2015, p. 155).

O segundo desafio apontado é em relação ao protagonismo dos movimentos sociais, que para essa autora é, parte fundamental deste processo, "é não só o acesso ao conhecimento científico, mas, principalmente, a participação nos próprios processos da luta de classes no campo, que vem se acirrando cada vez mais, em função da intensificação da lógica de acumulação do capital no meio rural, com a intensa ampliação do agronegócio" (Molina, 2015, p. 156).

O terceiro desafios está atrelado à vinculação com as Escolas do Campo, uma vez que espera-se que a escola seja capaz de "promover a socialização das novas gerações e transmitir os conhecimentos historicamente acumulados, espera-se também, no Movimento da Educação do Campo, que ela seja capaz de tornar-se uma aliada dos camponeses em luta para permanecer no seu território, existindo como tais, enquanto camponeses" (Molina, 2015, p. 157).

Recentemente, foi desencadeado mais um desafio para a consolidação da formação de professores para a Educação do Campo no âmbito do gover-

no federal, através da Portaria nº 238/2021que altera a Portaria nº 86/2013, que dispõe sobre o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO. A referida portaria que altera os artigos 6º e 9º coloca a questão da formação por alternância como uma possibilidade e não como obrigatoriedade, como foi posto no projeto inicial desse curso.

> I - A formação inicial em Licenciatura em Educação do Campo para os professores em exercício na Educação do Campo e quilombola será desenvolvida no âmbito dos Programas e Ações de Formação do MEC e órgãos vinculados, assegurando condições de acesso aos cursos de licenciatura destinados à atuação docente nos anos finais do ensino fundamental e no Ensino Médio com a possibilidade de utilização da pedagogia da alternância (Brasil, 2021).

Outra questão alterada por essa portaria foi a secretaria que administrava os programas e cursos estudados que mudou da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão -SECADI e passaram a serem administrados pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação - Semesp e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, conforme mencionado abaixo.

> Art. 9º O PRONACAMPO será implementado de forma articulada institucionalmente entre o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação - Semesp e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Brasil, 2021).

É possível perceber que, com essa mudança de secretaria mais um desafio se configura para a efetivação de uma política voltada especificamente para atender a demanda da Educação do Campo, haja visto a conjuntura política de negação de direitos que vem acontecendo no Brasil, nos últimos tempos através da gestão do governo de Jair Messias Bolsonaro.

Entretanto, Molina (2015), apontar como potencialidades deste curso:

> [...] a ampliação de formação de educadores; a conquista dos fundos públicos do Estado para manutenção dessas graduações e institucionalização da Educação Superior em Alternância como forma permanente de garantir a oferta deste nível de ensino para os camponeses, com vestibulares anuais (Molina, 2015, p. 160).

Além das potencialidades já citadas pode-se acrescentar também: 1) a consolidação da Educação

do Campo como área de produção de conhecimento que se configurou na conquista de 600 vagas de concurso para docentes no nível superior, para atuarem nas Licenciaturas em Educação do Campo; 2) o espaço de acúmulo de forças para conquista de novas políticas públicas que se materializou na ampliação permanente de 42 novos cursos de Licenciatura em Educação do Campo; 3) a ampliação do acesso e uso das Novas Tecnologias nas Escolas do Campo, observa-se que a presença dos educadores das escolas do campo nas universidades oportuniza também o acesso a outras linguagens, que têm sido incorporadas nos trabalhos nas Escolas do Campo (Molina, 2015).

É nesse contexto da realidade vivenciada pelos estudantes em suas localidades que se deve possuir uma relação com as atividades pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar, ou seja, devem estar interligadas, caso contrário, não haverá êxito na relação ensino aprendizagem. Assim, a adoção de novas práticas pedagógicas se relaciona intrinsecamente com as mudanças vivenciadas pelos estudantes de forma dinâmica atual e propositiva. O campo não pode ser pensado como lugar de atraso e que os estudantes não necessitem de novos ins-

trumentos ou técnicas de se construir o conhecimento. Mas, novas práticas pedagógicas no campo devem ser vividas e percebidas de forma crítica por aqueles que delas fazem uso.

Considerações finais

No decorrer do estudo evidenciou-se que o Procampo, embora se caracterize como uma política pontual, contribuiu para o fortalecimento da formação do docente do campo, além de dar visibilidade a formação deste profissional.

Em relação ao Pronacampo, constatou-se que foi através deste programa que o curso de licenciatura em Educação do Campo foi institucionalizado, tornando-o permanente, visto que esse curso até o ano de 2012 era implantado/implementado através de editais específicos nas instituições ofertantes, fato que não assegurava a continuidade dos cursos os quais muitas vezes se resumia apenas na materialização de uma turma única.

É importante ressaltar a importância desses programas ao trazerem a Licenciatura em Educação do Campo com uma nova ideia de escola através do modelo de alternância. Esse modelo de educação visa valorizar a cultura do campo, o cultivo da ter-

ra, a qualidade de vida e o equilíbrio harmônico do ambiente com a vida do povo que vive no/do campo, ao oportunizar aos estudantes a materialização de projetos que tratem de questões especificas das suas comunidades, seja no contexto das escolas ou do campo.

No tocante ao curso de licenciatura em Educação do Campo, se constitui em um marco importante que contribuiu para repensar as escolas do campo, visto que as especificidades que orientam a formação do educador por área do conhecimento auxiliam no processo de reflexão e análise da organização do trabalho pedagógico e da gestão nas escolas do campo.

Nota-se que, tanto os programas quanto as LEDOCs têm suas propostas pedagógicas pautadas nos princípios da Educação do Campo, que almejam a construção de uma educação emancipatória por meio do reconhecimento crítico da realidade e da apropriação de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de ações que sejam voltadas para a transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad**. EDITAL Nº 2, DE 23 DE ABRIL DE 2008**. Chamada Pública para seleção de projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para o Procampo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. Acesso em :15 out. 2015.

BRASIL. MEC. **Programa Nacional de Educação do Campo**: PRONACAMPO. Brasília, DF. MEC, Março de 2012. Disponível em http://www.consed.org.br/images/phocadownload/pronacampo.pdf. Acesso em: 20 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Decreto nº 7.352/ 2010. **Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Portaria Nº 86/2013. **Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO e define suas diretrizes gerais**. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC Portaria nº 238/2021. Altera a Portaria nº 86/2013, **dispõe sobre o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais**. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2021.

CALDART, R. S. (org). **Caminhos para a transformação da escola:** reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GIMONET, J.C. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFAs**. Petrópolis: Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

JESUS, S. M. S. A. de. Educação do Campo nos governos FHC e Lula da Silva: potencialidades e limites de acesso à educação no contexto do projeto neoliberal. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p.176-186, 2015.

MOLINA, M. C. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista.** Curitiba, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015. Editora UFPR. Disponível em: http://www.scielo.br. Acesso em: 23 mar. 2016.

SILVA, M. O. S. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. *In*: SILVA, M. O. S. **Pesquisa avaliativa:** aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora, 2008.